

GDF e PMDB discutirão proposta de Sarney

Roosevelt Pinheiro

O secretário de Governo, Carlos Murilo, disse ontem que vai propor ao governador José Aparecido uma reunião de toda a equipe do GDF com o PMDB do Distrito Federal, para discutir a proposta do presidente José Sarney, anunciada na manhã de quarta-feira pelo porta-voz da Presidência, Frota Neto, de eleições diretas para prefeitos nas cidades-satélites e a extinção do cargo de Governador do Distrito Federal. Brasília conforme a proposta, passaria a ser administrada por um prefeito do Plano Piloto, que seria nomeado pelo Presidente da República.

«Para mim é uma proposta nova, não tinha conhecimento dela até hoje (ontem) pela manhã, quando vi as manchetes dos jornais, anunciando a proposta do presidente Sarney», disse Carlos Murilo. Ele revelou, no entanto, que ouviu de vários deputados do PMDB, no Congresso Nacional, durante a semana passada, «que Brasília não é uma cidade comum, por ser área de segurança nacional». Por isso, segundo o secretário, muitos deputados do partido são contrários à aprovação da emenda de eleições diretas para governador do Distrito Federal, que tramita na comissão de sistematização da Constituinte.

Fisiologismo

«Observei nas minhas conversas com os deputados que a preocupação central deles é garantir futuras liberações de recursos aos seus Estados», comentou Carlos Murilo. Para ele, essa teria

sido a razão principal pela qual o Palácio do Planalto se preocupou «em adiantar o processo de decisão quanto ao futuro político-administrativo do Distrito Federal».

Carlos Murilo também não descartou a hipótese de que os deputados do PMDB, contrários às eleições diretas para governador, terem pressionado o presidente Sarney a elaborar a proposta de eleições diretas para prefeitos das cidades-satélites e nomeação do prefeito do Plano Piloto, antes que a emenda para a escolha popular do governador do DF seja votada, na Comissão de Sistematização, no início do próximo mês.

Dependência

O secretário de Governo, apesar de considerar que a proposta do Planalto ainda é uma incógnita no Palácio do Buriti, levantou algumas dúvidas quanto a viabilidade administrativa das cidades-satélites, caso a administração se dê através de prefeituras.

«A idéia ainda tem que ser analisada, esmiuçada, uma vez que as prefeituras das cidades-satélites, se vierem a existir, não teriam como se sustentar sem o suporte financeiro da administração central», afirmou Carlos Murilo. Para ele, o Governo Federal teria que, no mínimo, promover uma reforma tributária para compatibilizar as necessidades de recursos orçamentários das cidades-satélites.